

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1775498 - SP (2018/0278895-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HEON MO YI
ADVOGADOS : GABRIELA COUTINHO FRASSINELLI - SP138348
ELAINE PEREIRA DE MOURA E OUTRO(S) -
SP256702
AGRAVADO : MAPFRE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS
S.A
ADVOGADO : MARCIO ALEXANDRE Malfatti e OUTRO(S) -
SP139482
INTERES. : REICAR REPRESENTACOES E INTERMEDIACOES
EIRELI
ADVOGADO : MARCOS EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA E
OUTRO(S) - SP292532

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DO DEMANDANTE.

1. Consoante a jurisprudência deste STJ, a legislação processual (art. 557 do CPC/73, equivalente ao art. 932 do CPC/15, combinados com a Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal. Ademais, a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade. Precedentes.

2. Razões do agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos invocados na decisão agravada, nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/15. Em razão do princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar de modo fundamentado o desacerto do *decisum* hostilizado. Aplicação da Súmula 182/STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator